

## Revista Multidisciplinar

A CONJUNTURA SOCIAL E ECONÔMICA DO ESTADO DEPENDENTE BRASILEIRO: A GESTÃO DA PRECARIIDADE, A SELETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

Sabrina dos Santos Rosa, Ma. Rafaela Cardoso, Rosineide Cavalcanti da Silva, Elaine Santos de Oliveira Moura e Ma. Alessandra Vallegas



Fonte: <https://coloradoemfoco.com.br/2024/08/08/coluna-politicas-publicas-e-sociais-historias-curtas-seletividade/>

**PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE**

DOI: 10.5281/zenodo

DOI: 10.69720/Crossref

**ISSN**

International Standard Serial Number

2966-0599

[www.ouniversoobservavel.com.br](http://www.ouniversoobservavel.com.br)

## A CONJUNTURA SOCIAL E ECONÔMICA DO ESTADO DEPENDENTE BRASILEIRO: A GESTÃO DA PRECARIIDADE, A SELETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Sabrina dos Santos Rosa<sup>1</sup>  
Ma. Rafaela Cardoso<sup>2</sup>  
Rosineide Cavalcanti da Silva<sup>3</sup>  
Elaine Santos de Oliveira Moura<sup>4</sup>  
Ma. Alessandra Vallegas<sup>5</sup>

**Revista o Universo Observável**  
**DOI: 10.5281/zenodo.13370464**  
[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.13370464)

---

<sup>1</sup>Enfermeira Graduada pela Escola de Enfermagem Anna Nery (2019), Especialista em Estratégia de Saúde da Família pelo Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família da Universidade Santa Úrsula - RJ em parceria com o Núcleo de Educação Permanente - NEPS/ Maricá e Especialista em Enfermagem Médico-Cirúrgica: Assistência de Enfermagem de Alta complexidade pela Universidade Vassouras - Campus Maricá, Enfermagem em Pediatria e Neonatologia pela FACULESTE, Mestranda em Saúde Coletiva pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal Fluminense - UFF. Atua na Emergência do Hospital Municipal Dr. Ernesto Che Guevara e no Hospital Municipal Conde Modesto Leal. Experiência na docência para Alunos do curso de Técnico de Enfermagem na instituição AETECI - Cursos Técnicos da Saúde e na Estratégia de Saúde da Família como Enfermeira no Município de Maricá e atuante como Professora Assistente I na Universidade de Vassouras. E-mail: [abrinadossantos2013@gmail.com](mailto:abrinadossantos2013@gmail.com)

<sup>2</sup>Mestre em Atenção Primária à Saúde (2024), Especialista em Gestão em Saúde (2009), possui graduação em Enfermagem pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2007), atualmente é consultora de oficina de promoção da saúde do Centro de Promoção da Saúde, professor assistente-2 da UNIVERSIDADE DE VASSOURAS e professora no Curso técnico de Enfermagem no Centro de Educação Profissional de Maricá – CEPM, E-mail: [rafaela.cardoso0618@gmail.com](mailto:rafaela.cardoso0618@gmail.com).

<sup>3</sup>Enfermeira Graduada na faculdade ESTACIO DE SÁ Niterói, Pós Graduação cardiologia hemodinâmica FACULESTE, Pós graduação em urgência e emergência pela FACULESTE, Atua na Emergência do Hospital Municipal Dr. Ernesto Che Guevara. E-mail: [neindinasilva029@gmail.com](mailto:neindinasilva029@gmail.com)

<sup>4</sup>Graduação: Enfermagem Faculdade Universo/ Niterói, Pós: UTI Adulto, UTI Pediátrico E Neonatal (Faculdade Faveni). Email: [elaine.jmoura@gmail.com](mailto:elaine.jmoura@gmail.com)

<sup>5</sup>Formada Enfermeira pela Unigranrio, Especialista em Gestão de Saude da Família pela UERJ, Mestrado Profissional de Educação em Saúde com ênfase no SUS: uma formação docente pela UFF, E-mail: [allebvallegas@gmail.com](mailto:allebvallegas@gmail.com)

## RESUMO

A conjuntura social e econômica do Estado dependente brasileiro tem sido objeto de análise e discussão entre estudiosos das ciências sociais e econômicas. De acordo com Pinto (1995, p. 63), "o desenvolvimento capitalista dependente foi a forma de transição entre o estabelecimento do Estado e a acumulação do capital." Ao mencionar o desenvolvimento capitalista dependente, o autor está se referindo a um modelo no qual o país se torna dependente do capitalismo internacional, em particular dos países desenvolvidos, em sua trajetória de desenvolvimento econômico. Esse modelo implica em uma relação assimétrica, na qual o Brasil fica subordinado aos interesses econômicos e políticos das nações dominantes. Além disso, a expressão "forma de transição" indica que o desenvolvimento capitalista dependente foi uma etapa intermediária no processo histórico do país. Ela sugere que houve uma passagem ou um momento de transformação entre o estabelecimento do Estado e a acumulação do capital, em que o Brasil se inseriu em uma dinâmica dependente, na qual suas estruturas sociais e econômicas foram moldadas pela influência externa. Nesse contexto, dois aspectos centrais merecem destaque: a gestão da precariedade e a seletividade das políticas públicas. Segundo Fontes (2005), a precariedade do trabalho no Brasil está diretamente ligada à formação histórica de um capitalismo dependente, que se apropria da força de trabalho de forma desigual e precária, mantendo a reprodução das desigualdades sociais. O Estado brasileiro apresenta características que refletem a precariedade e a instabilidade de suas estruturas sociais e econômicas, resultando em um modelo de desenvolvimento marcado pela fragilidade.

Essa gestão da precariedade é evidenciada em diversos aspectos, como a falta de investimentos em infraestrutura, a baixa qualidade dos serviços públicos e as condições precárias de trabalho. Esses fatores contribuem para a reprodução e aprofundamento das desigualdades sociais, afetando principalmente os segmentos mais vulneráveis da população. Já Pochmann (2012) complementa que a precarização do trabalho é um traço estrutural do modelo de desenvolvimento dependente no Brasil, que se caracteriza pela falta de investimentos em setores estratégicos e pela intensificação da exploração da mão de obra. Além disso, as políticas públicas implementadas no Brasil são caracterizadas pela seletividade, ou seja, privilegiam determinados grupos sociais em detrimento de outros. Essa seletividade está presente tanto na formulação

quanto na implementação das políticas, o que resulta em benefícios concentrados em setores específicos da sociedade, como a elite econômica e política. Enquanto isso, a maioria da população enfrenta dificuldades para acessar e usufruir plenamente dos serviços e programas públicos. Martins (2018, p. 173) salienta que "a seletividade do Estado e das políticas públicas brasileiras têm raízes nas relações de classe que historicamente configuraram o país. A classe dominante concentra os benefícios e exclui as maiorias, reproduzindo a desigualdade social". Safatle (2017, p.163) complementa ao dizer que "o capitalismo dependente no Brasil cria um cenário onde a seletividade das políticas públicas é uma estratégia de concentração de poder e riqueza, o que perpetua a exclusão social e a desigualdade social". Partindo do pressuposto desses teóricos, o presente artigo busca discutir o caso Maricá e sua financeirização das políticas de transferência de renda, bem como discorrer sobre as políticas de transferência de renda e as moedas digitais.

**Palavras chaves:** Políticas, Publicas e Precariedades

## SUMMARY

*The social and economic situation of the Brazilian dependent State has been the subject of analysis and discussion among scholars of social and economic sciences. According to Pinto (1995, p. 63), "dependent capitalist development was the form of transition between the establishment of the State and the accumulation of capital." When mentioning dependent capitalist development, the author is referring to a model in which the country becomes dependent on international capitalism, particularly developed countries, in its trajectory of economic development. This model implies an asymmetric relationship, in which Brazil is subordinated to the economic and political interests of dominant nations. Furthermore, the expression "transitional form" indicates that dependent capitalist development was an intermediate stage in the country's historical process. She suggests that there was a passage or a moment of transformation between the establishment of the State and the accumulation of capital, in which Brazil entered a dependent dynamic, in which its social and economic structures were shaped by external influence. In this context, two central aspects deserve to be highlighted: the management of precariousness and the selectivity of public policies. According to Fontes*

(2005), the precariousness of work in Brazil is directly linked to the historical formation of a dependent capitalism, which appropriates the workforce in an unequal and precarious way, maintaining the reproduction of social inequalities. The Brazilian State has characteristics that reflect the precariousness and instability of its social and economic structures, resulting in a development model marked by fragility. This management of precariousness is evident in several aspects, such as the lack of investment in infrastructure, the low quality of public services and precarious working conditions. These factors contribute to the reproduction and deepening of social inequalities, mainly affecting the most vulnerable segments of the population. Pochmann (2012) adds that the precariousness of work is a structural feature of the dependent development model in Brazil, which is characterized by the lack of investment in strategic sectors and the intensification of labor exploitation. Furthermore, public policies implemented in Brazil are characterized by selectivity, that is, they privilege certain social groups to the detriment of others. This selectivity is present in both the formulation and implementation of policies, which results in benefits concentrated in specific sectors of society, such as the economic and political elite. Meanwhile, the majority of the population faces difficulties in accessing and taking full advantage of public services and programs. Martins (2018, p. 173) highlights that “the selectivity of the State and Brazilian public policies are rooted in the class relations that have historically shaped the country. The ruling class concentrates benefits and excludes the majority, reproducing social inequality.” Safatle (2017, p.163) adds that “dependent capitalism in Brazil creates a scenario where the selectivity of public policies is a strategy for concentrating power and wealth, which perpetuates social exclusion and social inequality”. Based on the assumption of these theorists, this article seeks to discuss the Maricá case and its financialization of income transfer policies, as well as discuss income transfer policies and digital currencies.

**Keywords:** Policies, Public and Precariousness

## 2 AS POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA COMO RESPOSTA À PRECARIIDADE

As políticas de transferência de renda têm sido amplamente discutidas como uma resposta à precariedade econômica e social enfrentada por

muitos países ao redor do mundo. No contexto brasileiro, essas políticas desempenharam um papel significativo na mitigação da pobreza e na promoção da inclusão social. Neste texto, iremos analisar a experiência brasileira com as políticas de transferência de renda, incorporando citações teóricas para embasar nossas reflexões.

No Brasil, o principal programa de transferência de renda é o Bolsa Família, lançado em 2003. O programa tem como objetivo fornecer assistência financeira direta a famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, visando reduzir a pobreza e melhorar as condições de vida. Além do Bolsa Família, o Brasil também implementou outras iniciativas de transferência de renda, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), voltado para idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, e o Programa Brasil Sem Miséria, que busca identificar e auxiliar as famílias em extrema pobreza. Essas políticas foram fundamentais para reduzir a desigualdade e melhorar a qualidade de vida de milhões de brasileiros. Viana (1999) critica as políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família, ao considerá-las como estratégias compensatórias que não abordam as verdadeiras causas da desigualdade social. Ele destaca que essas políticas são insuficientes para promover transformações estruturais necessárias para lidar com as disparidades socioeconômicas profundas do país. Viana ressalta que, embora as políticas de transferência de renda possam fornecer algum alívio imediato à pobreza, elas não atacam as raízes estruturais que perpetuam a desigualdade. Nesse sentido, ele argumenta que essas políticas podem funcionar como uma forma de controle social, ao mascarar as tensões sociais subjacentes e evitar a necessidade de medidas mais abrangentes.

Para embasar sua crítica, Viana (1999) recorre a conceitos teóricos que destacam a importância de abordar as desigualdades estruturais. Um exemplo é da teoria marxista, que enfatiza a exploração econômica como a causa fundamental da desigualdade. De acordo com Marx, as políticas de transferência de renda podem ser vistas como mecanismos que não desafiam a lógica capitalista de acumulação e, portanto, não promovem transformações reais na sociedade. Essa perspectiva crítica de Viana sugere a necessidade de medidas mais abrangentes e transformadoras para combater a desigualdade social. Além das políticas de transferência de renda, é necessário abordar as estruturas econômicas e sociais que perpetuam a exclusão e promover mudanças sistêmicas para alcançar uma sociedade mais justa e igualitária. Lavinias (2018) adota uma postura crítica em

relação às políticas de transferência de renda, destacando suas limitações no combate à desigualdade estrutural. Ela argumenta que, embora essas políticas sejam importantes para aliviar a pobreza imediata, elas não abordam as questões estruturais que perpetuam a desigualdade.

A autora defende a necessidade de medidas mais abrangentes e integradas para promover uma mudança real nas condições de vida dos mais pobres. Segundo ela, "as políticas de transferência de renda, por si só, são insuficientes para reverter as profundas desigualdades existentes no Brasil. É necessário investir em outras áreas cruciais, como educação, saúde e empregos de qualidade, a fim de romper com as causas estruturais da desigualdade" (LAVINAS, 2018, n. p.).

Além disso, ressalta que a desigualdade socioeconômica não pode ser resolvida apenas por meio de transferências monetárias, mas requer abordagens mais amplas e estratégicas. Ela argumenta que o acesso a uma educação de qualidade, a serviços de saúde adequados e a empregos decentes são fundamentais para enfrentar a desigualdade em sua raiz. (LAVINAS, 2018).

Dessa forma, a autora enfatiza a importância de políticas que transcendam a mera transferência de renda, visando abordar as questões estruturais que perpetuam a desigualdade. Ela destaca a necessidade de investimentos em setores-chave para promover uma transformação real nas condições de vida dos mais pobres e garantir uma abordagem mais ampla e abrangente no combate à desigualdade. Fontes argumenta que é necessário um enfrentamento mais profundo das relações de poder e da exploração capitalista para transformar efetivamente as condições precárias. Ela destaca que as políticas de transferência de renda podem se tornar uma forma de controle social que mantém as desigualdades estruturais intactas, aliviando as tensões sociais sem questionar as relações de exploração subjacentes. (FONTES, 2015).

A historiadora enfatiza a importância de um olhar crítico para além das políticas de transferência de renda, abordando as estruturas que perpetuam a desigualdade. Ela argumenta que é necessário um enfrentamento mais profundo das relações de poder e da lógica da exploração capitalista para romper com a precariedade e transformar as condições sociais.

(FONTES, 2015).

Essa perspectiva de Fontes (2015) sugere, assim como Lavinias (2018), que as políticas de transferência de renda não são suficientes para promover uma mudança efetiva nas condições precárias. Ela destaca a necessidade de uma análise crítica das estruturas de poder e exploração, a fim de enfrentar as desigualdades estruturais profundas e promover uma transformação real na sociedade.

### 3 POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E MOEDAS SOCIAIS

Políticas de transferência de renda, como programas de renda básica universal ou programas de assistência social, têm como objetivo reduzir a desigualdade e garantir uma distribuição mais equitativa da riqueza. Essas políticas geralmente envolvem a transferência direta de recursos financeiros para indivíduos ou famílias de baixa renda. A implementação dessas políticas varia de país para país, mas muitos governos têm reconhecido a importância de fornecer uma rede de segurança social para seus cidadãos. As desigualdades sociais provocadas pelo estágio atual do capitalismo, e sua versão renovada liberal tem feito aumentar o interesse público por políticas públicas de transferência de renda, como forma de corrigir a concentração de renda provocada pelas políticas dirigidas – e conduzidas – para “os mercados”<sup>6</sup>. Há diversas iniciativas de programas de transferência de renda ao redor do mundo, algumas serão melhor exploradas na fase de escrita da dissertação. No escopo deste projeto, focaremos em Maricá e nas suas apostas.

Os programas de transferência de renda têm um grande desafio: a logística de distribuição dos recursos, no caso, o dinheiro. Como produzir e fazer chegar às pessoas que são foco do programa a renda? Nesse sentido, há diversas iniciativas que apostam na criação de Moedas Complementares (MC), que têm escopo territorial definido, restrito, e promovem desenvolvimento local, complementando o sistema monetário nacional e oficial (GONZALEZ *et al.*, 2020).

No contexto de um mundo globalizado e com desafios socioeconômicos crescentes, as moedas sociais surgem como uma alternativa promissora para impulsionar o desenvolvimento local. Essas moedas, também conhecidas como moedas complementares ou moedas

<sup>6</sup> *Mercados estão entre aspas como forma de conferir ironia. Os mercados hoje têm humor, eles agem, eles derrubam governos. É curioso que os liberais sempre*

*defendam a liberdade dos mercados, mas esses mercados têm nos aprisionado sob a sua liberdade.*

comunitárias, são sistemas de troca que operam em paralelo às moedas tradicionais, buscando promover a solidariedade, a cooperação e o fortalecimento das economias locais. As moedas sociais são baseadas em princípios de valorização da pessoa, da comunidade e do meio ambiente. Segundo Seyfang e Longhurst (2013), as moedas sociais são "formas de dinheiro criadas para promover objetivos sociais e ambientais, através do estímulo à cooperação, à inclusão e ao desenvolvimento local".

Essas moedas são projetadas para serem utilizadas dentro de uma comunidade específica, incentivando a troca de bens e serviços entre os participantes. Elas promovem relações baseadas na confiança, solidariedade e reciprocidade, fortalecendo os laços sociais e estimulando a economia local. As moedas sociais têm demonstrado impactos significativos no desenvolvimento local. Diversas pesquisas têm apontado para os benefícios socioeconômicos e ambientais resultantes da implementação dessas moedas.

Segundo North (2020), as moedas sociais podem impulsionar a atividade econômica local, estimulando o comércio entre os membros da comunidade e fortalecendo pequenos empreendimentos. Além disso, essas moedas têm o potencial de reduzir a dependência de grandes corporações e promover a produção e consumo local, contribuindo para a sustentabilidade econômica e ambiental. Um estudo realizado por Blancas *et al.* (2017) destacou que as moedas sociais podem desempenhar um papel importante na inclusão social e na redução da pobreza. Essas moedas podem facilitar o acesso a bens e serviços para grupos marginalizados, promovendo a equidade e a participação ativa na economia local.

Além disso, as moedas sociais fortalecem os laços sociais e comunitários. Conforme apontado por Seyfang e Longhurst (2013), essas moedas promovem a cooperação e o envolvimento dos membros da comunidade, fomentando um senso de pertencimento e solidariedade. Apesar dos benefícios evidentes, as moedas sociais também enfrentam desafios significativos que precisam ser abordados para maximizar seu potencial de transformação socioeconômica. Um dos desafios é a aceitação e a confiança por parte dos participantes e do público em geral. Conforme mencionado por North (2020), é fundamental estabelecer mecanismos de governança transparentes e eficientes para garantir a credibilidade e a sustentabilidade das moedas sociais. Além disso, é necessário promover a conscientização e a educação sobre o funcionamento e os benefícios

dessas moedas para incentivar sua adoção.

Outro desafio é a integração das moedas sociais com o sistema monetário tradicional. É importante buscar formas de conexão entre as moedas sociais e a economia convencional, a fim de facilitar a conversão entre as moedas e ampliar as possibilidades de uso. Essa integração também pode envolver parcerias com instituições financeiras e órgãos governamentais. No que diz respeito às perspectivas, as moedas sociais têm o potencial de se tornarem uma ferramenta importante no fortalecimento das economias locais e na promoção da justiça social. À medida que mais comunidades adotam essas moedas, há a possibilidade de criar uma rede interconectada de economias locais mais resilientes e sustentáveis.

#### **4 O CASO MARICÁ: FINANCEIRIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA A PARTIR DE MARICÁ.**

Maricá adotou uma abordagem inovadora ao introduzir uma moeda totalmente digital como parte de sua política pública. Isso foi alcançado por meio da implementação de conselhos gestores e do estímulo à participação e envolvimento da sociedade na tomada de decisões e no controle dos recursos do Fundo Banco Comunitário Popular de Maricá. A criação dessa moeda social está fundamentada na Lei nº 2448/2013, que estabeleceu o Programa Municipal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social de Maricá.

*Art. 1º Fica Instituído o Programa de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social do Município de Maricá, como forma de combater as desigualdades sociais, fomentar o desenvolvimento econômico e social das comunidades e estabelecer meios de atingimento a erradicação da pobreza e a geração de emprego e renda para as camadas mais carentes do município (MARICÁ, 2013).*

A criação da moeda social como política pública municipal foi baseada em determinados princípios. Em primeiro lugar, definiu-se que ela seria uma forma direta e mensal de transferência de renda, lastreada por recursos provenientes dos royalties do petróleo e com circulação restrita ao território municipal. Além disso, a população de baixa renda (até 3 salários-mínimos) foi estabelecida como o público-alvo beneficiário, sendo necessário

residir no município por pelo menos 3 anos. Outro objetivo importante foi fortalecer o comércio local, especialmente os pequenos comerciantes. Os princípios que orientam a Política de Economia Solidária do Município estão estipulados no artigo 11 da Lei nº 2448/2013. A moeda social Mumbuca foi instituída por legislação municipal, aprovada pela câmara dos vereadores, o que garante maior legitimidade a este modelo de benefício social apoiado em moeda municipal<sup>7</sup>. O pagamento dos benefícios em Mumbuca é feito em cartão magnético ou com o uso de um aplicativo de celular. Desde 2018 a gestão dos cartões magnéticos e a operação via aplicativo é feita pelo Banco Comunitário Popular de Maricá (Banco Mumbuca) em parceria com o Instituto E-dinheiro Brasil, vinculado ao Banco Palmas, organização sem fins lucrativos e ligada à Rede de Bancos Comunitários (O Estado de S. Paulo-2022). Com essa parceria, o Banco Mumbuca passou a gerenciar o projeto por meio de uma plataforma digital, “[...] desde a emissão da moeda social até a relação contratual com os agentes envolvidos [...]” (CERNEV, 2019, p. 4).

A utilização da moeda social no programa de Renda Básica de Cidadania (RBC) tem como premissa que o valor do benefício seja utilizado exclusivamente dentro da cidade, promovendo o desenvolvimento da economia local. O programa é inspirado nos princípios da lei federal nº 10.835 de 2004, proposta pelo então senador Eduardo Suplicy. Atualmente, o programa beneficia 42 mil pessoas, que a partir de 2022 passaram a receber mensalmente 170 mumbucas (antes da pandemia eram 130 mumbucas, e entre março de 2020 e novembro de 2021 foram concedidos 300 mumbucas). É importante ressaltar que uma mesma conta pode receber até quatro benefícios, seguindo o princípio de uma conta por família.

No estudo conduzido por Costa (2020) sobre os programas coordenados pela Secretaria de Economia Solidária do município, fica evidente a participação e o controle da sociedade civil na política pública por meio da composição do Banco Comunitário e do Fórum Municipal de Economia Solidária. Dentro da Secretaria de Economia Solidária, são implementados outros

programas e iniciativas, como o fortalecimento de cooperativas por meio de treinamento e acesso a empréstimos. Além do RBC, que inclui programas como Renda Mínima Gestante e Renda Mínima Jovem Solidário, há também o mumbuca indígena, que tem 300 mumbucas por pessoa, e o mumbuca futuro, que concede 50 mumbucas por mês aos alunos do programa que participam em treinamento na economia solidária. Todos os meses, a Prefeitura destina recursos ao Instituto E-Dinheiro, que depois os distribui nas contas dos beneficiários. Por outro lado, as organizações comerciais e de serviços da cidade são cadastradas no sistema para receber as mumbucas. Há também o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), Programa de Amparo ao Emprego (PAE) e Fomenta Maricá, atendendo populações mais carentes que necessitam de uma renda básica para a sua sobrevivência, dando apoio a microempreendedores locais e a pequenos negócios que mantiveram seus níveis de emprego durante o período da pandemia. Dentre esses benefícios, três são restritos, ou seja, o beneficiário recebe e tem que gastar em Mumbucas, enquanto um permite que o benefício recebido seja resgatado em reais sem custo para o beneficiário da MDC Mumbuca. Para os comerciantes que aderem ao MCD Mumbuca, eles pagam uma pequena taxa, muito inferior à cobrada por bandeiras de cartão de crédito, para converter as Mumbucas que recebem em reais, mas podem também usar essas mesmas Mumbucas em seus pagamentos, criando um efeito multiplicador na economia com o aumento da circulação da moeda local. (Prefeitura de Maricá - 2022)

Quanto ao banco comunitário, O Instituto Palmas, como pioneiro no Brasil no estabelecimento de um Banco Comunitário, desempenhou um papel fundamental ao assessorar a Prefeitura de Maricá na implementação da moeda social. Atualmente, o Banco Palmas assume a liderança de uma rede composta por 103 bancos comunitários em todo o país.

#### 4.1 DADOS SECUNDÁRIOS

*emitir sua própria moeda local, de circulação, desde que mantenham paridade com a moeda nacional. Ou seja, 1 unidade de moeda local = 1 real, o que ocorre com a Mumbuca. Importante frisar que essas moedas não pretendem substituir a moeda nacional, mas apenas ser de uso complementar e para apoio à economia local (O Estado de S. Paulo-2022).*

<sup>7</sup> O amparo legal de arranjo de pagamentos (Lei No 12.865/2013) e a legislação que estabelece a possibilidade de parceria entre o setor público e organizações da sociedade civil sem fins lucrativos (Lei no 13.019/2014), é o que possibilita que prefeituras se associem a bancos comunitários para promoverem seus programas de transferência de renda. Organizações sociais reconhecidas pelo Banco Central do Brasil, os bancos comunitários podem

Devido ao congestionamento dos comitês de ética em pesquisa, foi sugerido como alternativa, devido ao tempo de espera para aprovação de pesquisas de campo, uma busca por dados secundários referente a Moeda Digital Mumbuca, como alternativa para robustão de conteúdo teórico, análise de dados e prosseguimento da pesquisa. Dito isso, foi pensado em duas maneiras de busca destes dados (quantidade exata de participantes beneficiários e comerciantes, maior setor em que os benefícios são utilizados, perfil dos participantes, etc), sendo a primeira.

**Busca de dados secundários em plataformas oficiais online:** nesta fase buscou-se por dados secundários disponíveis ao acesso livre, no entanto, o site das instituições responsáveis tanto pelo repasse, como pagamento da moeda, nada foi encontrado. No Site do Banco Mumbuca a mensagem que se encontra é de que há uma manutenção para melhor atender ao público. No site da Secretaria de Economia Solidária não há um espaço “aba” com informações que levem aos dados referentes à moeda. No Banco Palmas vinculado à plataforma digital E-dinheiro, responsável pelo pagamento, há uma explicação do que seja a moeda, quando surgiu, porém nada referente a dados coletados sobre os personagens que utilizam a moeda. como dito na pauta nenhuma das 3 instituições (Banco Mumbuca, Secretaria de economia Solidária e Banco Palmas vinculada a plataforma digital e-dinheiro) continha em seus sites informações monetárias ou qualquer dado secundário referente aos desdobramentos acerca da utilização do moeda digital pelos munícipes, comerciantes ou qualquer outro autor envolvido. Já o site da prefeitura em seu Portal da Transparência cita um valor monetário considerável em suas planilhas de contabilidade para investimento no Programa, só que de maneira bem sucinta, sem detalhamento.

Com essa ausência de informações e dados nas plataformas digitais, buscou-se uma nova forma de obter essas informações. E diante disso foram realizadas ligações telefônicas no intuito de marcar uma conversa, primeiramente informal, sobre a transparência e disponibilidade destes dados, e assim foram marcados para o dia 11/11/2022 às 11 horas no Banco Mumbuca, 16/11/2022 as 9 horas no Instituto E-Dinheiro e 16/11/2022 às 10 horas na Secretaria de Economia Solidária.

**Busca de dados secundários de maneira presencial (diálogo marcado com os responsáveis por algum papel referente ao funcionamento do programa renda básica e cidadania):**

**Moeda Digital Mumbuca:** No dia 11/11/22 às 11 horas fui até o Banco Mumbuca, chegando lá fui atendida pelo núcleo de apoio à pesquisa científica, do próprio banco, ao indagar sobre os dados secundários fui informada que não há a disponibilidade de dados referentes aos desdobramentos da utilização da moeda, que o se tem é o valor da transferência monetária realizado ao instituto digital

E-dinheiro para pagamento dos beneficiários e comerciantes, e que esse valor não está estratificado a pequenos comércio e sim grandes setores como setor de comércio e industrial, exemplo dado pela coordenadora do setor em questão. E também foi informado que os dados referentes aos gastos em comércios seriam dados privados, não como a análise devido a lei de proteção de dados. A reunião do dia 16/11/22 às 9 horas que estava marcada com o responsável pelo Instituto e-dinheiro não pode ser concretizada devido a um compromisso de emergência do responsável. Onde o mesmo precisou sair antes mesmo do horário da reunião e ficou de remarcar nova data. No mesmo dia às 10 horas a reunião com a secretaria de economia Solidária aconteceu de maneira proveitosa, onde o secretário gentilmente forneceu as seguintes informações e se propôs a ajudar com o que estiver em seu alcance e inclusive a depor no dia agendado da defesa deste trabalho a relatar a ausência de dados secundários referentes ao programa. Informações prestadas pelo Secretário de Economia Solidária: Não há na secretaria e nem nas plataformas digitais dados secundários sobre o desdobramento do uso feito por beneficiários e comerciantes da moeda mumbuca.

O que se tem de informação é básico e conta apenas com algumas informações demográficas a respeito dos beneficiários, relatou que o órgão contratou uma empresa terceirizada para realizar esse levantamento, sendo disponibilizado um possível censo com mais de 100 perguntas acerca do benefício no segundo semestre do ano de 2023. O que se tem é o valor monetário recebido pela prefeitura advindo dos royalties de petróleo de R \$8.000.000,00 (oito milhões de reais), quantidade de beneficiários, que é um número dinâmico devido a entrada e saída por diversos motivos (óbito, mudança de município, nascimento, etc), sendo de aproximadamente 42.412 (quarenta e dois mil quatrocentos e doze) beneficiários, e de aproximadamente 11.000 (onze mil) comerciantes. As poucas informações demográficas colhidas o secretário se pôs a postos para repassar em uma data futura durante uma reunião formalizada e agendada.

#### 4.2 As novidades de Maricá, a caixa-preta das Clínicas Populares

As clínicas populares são estabelecimentos de saúde privados que visam atender a população de baixa renda, oferecendo serviços de saúde a preços acessíveis. De acordo com Intercriar (2014), a clínica médica popular é uma organização de saúde que direciona seus serviços para atender a população das classes sociais C, D e E, oferecendo preços acessíveis. Essas clínicas têm como objetivo proporcionar atendimento médico com valores éticos e justos. Segundo Godoy (2015, p. 67), as clínicas médicas populares são:

*[...] estabelecimentos privados de saúde que realizam procedimentos de atenção básica e média complexidade, sem a previsão de internamento, sendo mais comuns os serviços de consultas médicas, diagnósticos, tratamentos clínicos e reabilitação de pacientes, além de exames laboratoriais e radiológicos, de imagem e cardiológicos, e alguns procedimentos invasivos, como as pequenas cirurgias e punções gerais para a realização de biópsias. Essas unidades médicas utilizam geralmente tecnologia de elevada complexidade e de baixa densidade e contam com uma ampla oferta de especialidades médicas e não médicas, com preços e serviços voltados a uma nova classe de consumidores.*

Por outro lado, o Sistema Único de Saúde (SUS) é o sistema público de saúde no Brasil, que tem como princípios a universalidade, a integralidade e a equidade. Se constitui o SUS, “[...] o conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público” (BRASIL, ano).

A legislação, promulgada dois anos após a Assembleia Constituinte, estabelece que a participação da iniciativa privada no Sistema Único de Saúde (SUS) pode ocorrer de forma complementar, por meio de contratos de direito público. Esses dois modelos de atendimento à saúde apresentam diferenças fundamentais em relação aos princípios e à abordagem adotada. Enquanto as clínicas populares operam dentro de uma lógica mercadológica, focada na oferta de serviços em troca de pagamento direto, o SUS busca garantir o acesso universal e gratuito aos serviços de saúde, com o objetivo de promover a saúde e prevenir doenças. É importante ressaltar que o SUS enfrenta desafios em relação ao

financiamento, infraestrutura e gestão, o que pode afetar a qualidade e a eficiência dos serviços oferecidos. A partir disso, leva-se em conta que a expansão das clínicas médicas populares (CMPs) foi impulsionada principalmente por uma mudança no padrão de consumo de grande parte da população. Até então, as pessoas se deparavam com duas opções contrastantes: as condições precárias do Sistema Único de Saúde (SUS) ou os altos custos dos planos de saúde. Além das deficiências do SUS, outros fatores que impulsionaram esse fluxo de clientes em direção às clínicas médicas populares são a busca por soluções rápidas e preços acessíveis. (GODOY, 2015).

No entanto, o modelo do SUS, embasado nos princípios da universalidade e da equidade, tem o potencial de promover uma saúde mais justa e igualitária para a população, especialmente para os grupos mais vulneráveis. Pode-se exemplificar que a prestação de serviços nas clínicas médicas populares apresenta limitações devido à falta de integração com os serviços de alta complexidade do SUS. Se um paciente precisar ser encaminhado para um tratamento mais complexo, ele é obrigado a reiniciar todo o processo, utilizando os canais dos serviços públicos. (EXAME, 2017).

Em suma, as clínicas populares e o SUS representam abordagens distintas no sistema de saúde. Enquanto as clínicas populares atuam com uma lógica mercadológica e podem aprofundar as desigualdades sociais, o SUS busca garantir o acesso universal e gratuito aos serviços de saúde, com o objetivo de promover a equidade e a justiça social. No contexto de Maricá, as clínicas populares participantes do programa de economia solidária e do uso da moeda Mumbuca podem aceitar essa moeda como forma de pagamento pelos serviços médicos oferecidos. Essa moeda, que circula exclusivamente no município, pode ser utilizada para a compra de produtos e serviços em estabelecimentos participantes, incluindo as clínicas populares. Por sua vez, as clínicas populares que aceitam a moeda Mumbuca se beneficiam ao atrair uma clientela diversificada e promover a sustentabilidade econômica dentro da comunidade. Ao participarem desse sistema de pagamento local, as clínicas podem contribuir para a circulação de recursos na região, fortalecer a economia solidária e estabelecer laços mais estreitos com a população local.

Vale ressaltar que os detalhes específicos sobre o uso da moeda Mumbuca nas clínicas populares, como taxas de conversão, limitações ou critérios de aceitação, podem variar de acordo com cada estabelecimento. Portanto,

para informações mais detalhadas e atualizadas sobre o uso da moeda Mumbuca nessas clínicas, é recomendável consultar as clínicas participantes do programa ou buscar informações junto às autoridades municipais responsáveis pela iniciativa.

## 5 ALIMENTANDO A RACIONALIDADE NEOLIBERAL

Ao questionar a lógica neoliberal, Dardot e Laval (2016) levantam preocupações sobre as desigualdades econômicas e sociais exacerbadas por esse modelo. Eles destacam a importância de buscar alternativas que possam desafiar essa lógica e promover uma maior justiça social. A transferência de renda da moeda Mumbuca se encaixa nesse contexto ao buscar enfrentar as desigualdades por meio de uma abordagem de economia solidária. A moeda Mumbuca, utilizada como uma forma de pagamento complementar é distribuída principalmente para os moradores de Maricá com menor poder aquisitivo. Isso cria um mecanismo de transferência de renda direta e localizada, visando reduzir as disparidades socioeconômicas existentes na região.

A racionalidade neoliberal, como discutida por Dardot e Laval (2016) em suas obras, é uma abordagem ideológica que enfatiza a lógica de mercado, a desregulamentação e a privatização, bem como permeia diferentes esferas da sociedade, influenciando desde as políticas públicas até as práticas cotidianas. Ela propõe a redução do papel do Estado na economia, a valorização da competição e do individualismo, a flexibilização das relações trabalhistas e a adoção de políticas de austeridade fiscal. Esses fatos se apoiam na ideia de que o livre mercado é o melhor mecanismo para alocar recursos, e que a competição e a busca do interesse próprio são os principais motores do progresso.

A racionalidade neoliberal tem sido criticada por gerar desigualdades socioeconômicas e por priorizar o lucro em detrimento do bem-estar social. Ao relacionar a transferência de renda da moeda Mumbuca com a racionalidade neoliberal, podemos observar que a iniciativa da moeda local em Maricá busca mitigar as desigualdades sociais e econômicas por meio da promoção de uma economia mais solidária e inclusiva. Ao incentivar a circulação da moeda dentro da comunidade e priorizar o comércio local, a moeda Mumbuca desafia a lógica neoliberal de maximização de lucros e destaca a importância da solidariedade e do fortalecimento da economia local. A moeda.

Mumbuca permite que os recursos financeiros circulem dentro da comunidade, fortalecendo o comércio local e promovendo a participação econômica de todos os moradores. Dessa forma, a transferência de renda da moeda Mumbuca se contrapõe à lógica neoliberal ao enfatizar a importância do bem-estar coletivo e da equidade econômica. Diante disso, a transferência de renda da moeda Mumbuca pode ser vista como uma alternativa concreta que se alinha com as preocupações e propostas de resistência apresentadas pelos autores.

Ela ilustra a possibilidade de adotar modelos econômicos mais justos e solidários, que buscam superar as desigualdades e construir uma sociedade mais equitativa, indo de encontro à lógica neoliberal dominante. No entanto, é importante notar que essa relação não é necessariamente unidimensional ou completamente oposta. A moeda Mumbuca, embora desafie certos princípios da racionalidade neoliberal, ainda está inserida em um contexto mais amplo, no qual a economia de mercado e as influências do neoliberalismo podem persistir. Além disso, a análise da relação entre a moeda Mumbuca e a racionalidade neoliberal também pode variar dependendo das interpretações teóricas e dos enfoques específicos adotados.

Para Dardot e Laval (2016), a racionalidade neoliberal se tornou hegemônica em muitos contextos, moldando as estruturas sociais e limitando as possibilidades de transformação. Eles argumentam que a crítica e a resistência a essa lógica são fundamentais para repensar as relações sociais e econômicas, e buscar alternativas mais justas e equitativas.

## REFERÊNCIAS

- COMO funciona uma franquia de clínica médica popular. **Exame**, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/dino/como-funciona-uma-franquia-declinica-medica-popular/>. Acesso em: 26 mai. 2023.
- COSTA, Nathan *et al.* As políticas públicas de economia solidária no município de Maricá/RJ. Brasília, DF: IPEA, 2020. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10420/1/bmt\\_70\\_politicas\\_publica\\_s\\_marica.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10420/1/bmt_70_politicas_publica_s_marica.pdf). Acesso em: 26 mai. 2023.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FONTES, V. **Estudos sobre o trabalho e a questão social no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- FONTES, V. **Reflexões sobre a formação social**

brasileira. *Tempo Social*, [s. l.], v. 17, n. 1, 2005, p. 41-63.

GODOY, C. V. **A geografia dos serviços e equipamentos da saúde:** a expansão das “clínicas médicas populares” no Centro em Fortaleza. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

INTERCRIAR. Clínica médica popular. 2017. Disponível em: <http://www.intercriar.com.br>. Acesso em: 26 mai. 2023.

LAVINAS, L. **O grande enigma:** desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MARTINS, C. E. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 173.

PINTO, E. C. O Brasil e o capital-imperialismo. *In:* SADER, E.; GENTILI, P. (orgs.). **Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

POCHMANN, M. **Nova classe média:** o trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

SAFATLE, V. A esquerda que não teme dizer seu nome. *In:* NOVAES, A. (org.). **O riso que nos liberta.** São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

WERNECK, V. L. **A judicialização da política e das relações sociais no Brasil.** Rio de Janeiro: Revan, 1999.